

1º SIMULADO DA 2ª FASE **XXIX EXAME DE ORDEM**

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROF. DIEGO CERQUEIRA



Estratégia
OAB



DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXIX Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estrategiaoab no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



[instagram.com/profdiegocerqueira](https://www.instagram.com/profdiegocerqueira)

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase em do XXIX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você dar o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Determinados Auditores Fiscais do Poder Executivo Federal relataram ao Presidente do Sindicato que estão insatisfeitos com a grave situação que tomou conta do Governo no último ano. Primeiro, os salários estão atrasados há mais de 04 meses e não há por parte da administração pública qualquer expectativa de pagamento ou parcelamento. Em segundo lugar, os postos de fiscalização aduaneira instalados nas zonas limítrofes com outros países encontram-se sob precárias condições laborais, e tem comprometido sobremaneira a saúde e a segurança do servidor público.

Inconformados com a grave situação, os servidores sinalizam à administração pública e ao sindicato que irão paralisar as atividades no fim do mês até que haja melhorias para o cargo que exercem. Imediatamente, o sindicato da categoria procura realizar uma interlocução com o Governo Federal para a solução da crise instalada, mas não obtém qualquer sucesso.

Por outro lado, a entidade toma conhecimento da inexistência por parte Congresso Nacional da regulamentação do direito de greve dos servidores público até os dias de hoje.

Nesse sentido, visando dar amparo aos seus filiados, o sindicato procura você, na qualidade de advogado especializado, para obter a melhor orientação jurídica e adotar as providências a serem realizadas. Elabore a peça processual cabível para garantir aos servidores direito fundamental constitucional. (Valor: 5,00)



Estratégia
OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	 Estratégia
47	
48	OAB
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	



Estratégia
OAB

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	 Estratégia
109	OAB
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 1

Em janeiro de 2019, o Estado ALFA editou uma lei Estadual que passou a permitir os eventos de “rinha de galo”. De acordo com os parlamentares que votaram a favor do projeto, a medida encontraria amparo no art. 215, § 1º da Constituição Federal de 1988, já que se trata de uma prática cultural muito aceita nos estados do nordeste brasileiro. Inconformada com a medida, a Associação Comercial BETA esclareceu que ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade – ADI no STF, pleiteando a declaração de inconstitucionalidade da referida lei. Segundo a entidade, o projeto viola flagrantemente o texto da Constituição, pois coloca os animais sob condições degradantes e de maus tratos. De acordo com o caso prático, responda justificadamente aos questionamentos a seguir, apresentando a fundamentação legal pertinente ao caso.

a) No mérito do pedido, é cabível a declaração de inconstitucionalidade da lei do Estado ALFA, que regulamenta a chamada rinha de galo?

b) É possível afirmar que há regularidade na legitimidade ativa da ação?



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Analise o seguinte caso prático: em novembro de 2018 a lei federal X aumentou a alíquota de determinado tributo, mas sem dispor expressamente que a modificação só passaria a valer no exercício financeiro seguinte, observando o princípio da anterioridade tributária. Insurgindo-se contra essa cobrança abusiva, um contribuinte impetra um Mandado de Segurança para não realizar o pagamento do tributo, alegando a inconstitucionalidade da lei federal em questão.

O caso jurídico chegou a uma turma de determinado Tribunal Regional Federal, afim de ser julgado em grau de recurso o mandado de segurança impetrado. De acordo com os fatos, responda justificadamente:

- a) Pode o órgão fracionário do TRF julgar o mérito do recurso e estabelecer que a nova alíquota só poderá ser cobrada no ano seguinte?
- b) Há fundamento principiológico que embasa a cláusula de reserva de plenário? Em caso positivo, qual seria?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

O Estado X, integrante da República Federativa do Brasil, foi agraciado com o anúncio da descoberta de enormes jazidas de ouro, ferro, estanho e petróleo em seu território. As jazidas de minério estão todas localizadas no Município de Alegria e as de petróleo, no Município de Felicidade, ambos localizados no Estado X. Tendo em vista o disposto no ordenamento jurídico nacional, responda aos itens a seguir.

a) A qual ente federativo pertencem os recursos naturais recentemente descobertos? Os demais entes, em cujos territórios se deu a descoberta, recebem alguma participação no resultado da exploração desses recursos?

b) Um dos entes federativos (Estado ou Município), insatisfeito com a destinação dos recursos naturais descobertos em seu território, pode, à luz do nosso ordenamento, propor a secessão, a fim de se constituir em ente soberano, único titular daqueles recursos? Caso positiva a resposta, qual o procedimento a ser seguido? O examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

A Assembleia Legislativa do Estado X elaborou Lei Estadual que determina que os veículos apreendidos pelas polícias militar e civil, caso não sejam reclamados no período de três anos, serão levados a hasta pública, repartindo-se o produto do leilão entre o Estado e o Município. O Governador do Estado, preocupado com a constitucionalidade da lei, visto que ela atingirá patrimônio privado, consulta o Procurador Geral do Estado. Com base no caso apresentado, responda aos itens a seguir.

A) A Lei Estadual está de acordo com as normas da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988? (Valor: 0,65)

B) O Governador do Estado X pode propor, perante órgão da União, alguma medida judicial visando à impugnação da Lei Estadual? Justifique. (Valor: 0,60) Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	